



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 042/2025**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 025/2025**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e capacitação continuada, voltadas ao aprimoramento da gestão, execução e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social, incluindo, mas não se limitando, aos CRAS, Centros de Convivência, Alojamento institucional, medidas socioeducativas, abordagem social, benefícios significativos e demais dispositivos da rede socioassistencial.

**CONTRATADA:** REFERENCIA CAPACITACOES E TREINAMENTOS LTDA  
**CNPJ Nº:** 21.161.554/0001-40

**ENDEREÇO:** Rua Desembargador Costa Carvalho, nº 1011, Bairro Centro, União da Vitória/PR.

**VALOR:** R\$890,00 (oitocentos e noventa reais) mensais.

### **LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:**

O presente instrumento de DISPENSA DE LICITAÇÃO tem como objetivo a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e capacitação continuada, voltadas ao aprimoramento da gestão, execução e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social, incluindo, mas não se limitando, aos CRAS, Centros de Convivência, Alojamento institucional, medidas socioeducativas, abordagem social, benefícios significativos e demais dispositivos da rede socioassistencial.

A empresa **REFERENCIA CAPACITACOES E TREINAMENTOS LTDA** deverá oferecer os seguintes serviços:

Item	Descrição do item	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e capacitação continuada, voltadas ao aprimoramento da gestão, execução e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social, incluindo, mas não se limitando, aos CRAS, Centros de Convivência, Alojamento institucional, medidas socioeducativas, abordagem social, benefícios significativos e demais dispositivos da rede socioassistencial.	10 meses	R\$890,00 mensais	R\$8.900,00



# **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA**

### **FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:**

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

*“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos. No ano de 2021 foi sancionada a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a qual veio para substituir a antiga lei, e tem um prazo de 02 anos para adequação e uso obrigatório. Com isso, durante este tempo os órgãos públicos podem optar entre as duas em seus processos licitatórios.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações desnecessárias e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as chamadas Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

A Dispensa de Licitação para realizar a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e capacitação continuada, voltadas ao aprimoramento da gestão, execução e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social, incluindo, mas não se limitando, aos CRAS, Centros de Convivência, Alojamento institucional, medidas socioeducativas, abordagem social, benefícios significativos e demais dispositivos da rede socioassistencial, encontra amparo legal no art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

### FUNDAMENTO LEGAL:

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

*“Art. 75. É dispensável a licitação:*

*[...]*

*II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;”*

### Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236) <sup>1</sup>

*“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”*

### RAZÕES:

#### DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Lei 14.133/21:

*“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*[...]*

*VI – razão da escolha do contratado;”*

A escolha desta Administração Municipal para a contratação da empresa **REFERENCIA CAPACITACOES E TREINAMENTOS LTDA** é porque dentre todos os orçamentos pedidos a empresa foi o menor valor proposto.

### DO PREÇO:

Lei 14.133/21:

*“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*[...]*

*VII – justificativa de preço;”*

---

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.



# **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA**

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a contratação sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

### **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A necessidade da contratação justifica-se pela exigência de aprimoramento contínuo dos profissionais que atuam na rede socioassistencial, garantindo a oferta de serviços qualificados, alinhados às normativas nacionais e adaptados às demandas locais. A assessoria e capacitação sistemática permitirão o fortalecimento das competências técnicas e operacionais das equipes, contribuindo para a melhoria da gestão, da execução das políticas públicas e do impacto positivo na vida dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A complexidade e a dinamicidade dos desafios enfrentados pelos profissionais da Assistência Social exigem qualificação constante para a execução eficiente das políticas públicas. A capacitação mensal continuada se apresenta como um instrumento fundamental para assegurar que os serviços socioassistenciais sejam prestados com elevado padrão de qualidade, alinhando-se às normativas nacionais vigentes e adaptando-se às realidades e demandas específicas do município. Dessa forma, buscasse fortalecer a gestão e a operacionalização das políticas socioassistenciais, promovendo um impacto positivo e duradouro na vida dos usuários do SUAS.

RONDA ALTA/RS, 05 de março de 2024.

**SEDINÉIA GIACOMOLLI**  
**Secretária Municipal de Assistência e Integração Social**

**MARCOS MIGUEL BEUX**  
**Prefeito Municipal**